

Alfred Schutz e os Estudos Culturais: marcos teóricos e diálogos conceituais

Alfred Schutz and cultural studies: theoretical frameworks and conceptual dialogue

Janine de Kássia Rocha Bargas | Universidade Federal de Minas Gerais
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, integrando o Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME).
E-mail: ninebargas@gmail.com

Resumo

Este trabalho se propõe a uma movimentação teórica capaz de perceber como aspectos ligados à política e ao poder estão relacionados aos aspectos culturais e próprios da interação e da construção subjetiva de significados sobre a realidade. Faz-se uma aproximação entre o pensamento de Alfred Schutz e as ideias advindas dos Estudos Culturais britânicos. Trata-se de um giro interpretativo que amplia o espectro do Interacionismo ao considerar que as interações estão inseridas nas relações entre cultura e poder e, ao mesmo tempo, a reutilização de elementos analíticos negligenciados pelos estudos sobre hegemonia mais ligadas ao marxismo clássico. O trabalho evidencia uma crença no sujeito que, nas suas interações e formas de produção de sentidos, atua de maneira relativamente autônoma em relação às pressões hegemônicas, operando resistências e construção de novos sentidos na sociedade.

Palavras-Chave: Comunicação, Alfred Schutz, Estudos Culturais.

Abstract

This paper proposes a theoretical movement able to understand how aspects related to politics and power are related to cultural and specific aspects of interaction and construction of subjective meanings. It should be a connection between the thought of Alfred Schutz and the resulting ideas of British Cultural Studies. It is an interpretive spin which extends Interactionism spectrum when considering that interactions are embedded in the relationship between culture and power and at the same time, the reuse of analytical elements overlooked by most studies related to classical Marxism hegemony. The work shows a belief in the subject, in their interactions and forms of production of meanings, operates relatively autonomously in relation to the hegemonic pressures, operating resistance and construction of new meanings in society.

Keywords: Communication, Alfred Schutz, Cultural Studies.

Esse trabalho se propõe a uma movimentação teórica capaz de perceber como aspectos ligados à política e ao poder estão relacionados aos aspectos culturais e próprios da interação e da construção subjetiva de significados sobre a realidade. De modo específico, faz-se uma aproximação entre o pensamento de Alfred Schütz e sua matriz interacionista e as ideias advindas dos Estudos Culturais britânicos.

O ponto de partida são os pressupostos que emergem desses quadros teóricos, segundo os quais, por um lado, o contexto social é constituído por um conjunto de relações específicas que constituem as práticas sociais e, por outro, que não há autonomia das práticas sociais em relação ao seu contexto permeado por relações de poder. Nesse sentido, trata-se de uma reflexão sobre o mundo intersubjetivo mais amplo e a reprodução social de ideologias, sua relação com a construção discursiva de experiências e de sujeitos e o conjunto de significados que reúnem os valores, as crenças, as tipificações, isto é, o quadro cognitivo que orienta a ação dos sujeitos no mundo da vida.

Trata-se de uma relação conceitual que difere das tentativas de síntese epistemológica nas Ciências Sociais entre o Interacionismo Simbólico e outras micro-sociologias dos anos 1980 a que se refere González de La Fe (2003), que reduziam o Interacionismo Simbólico às questões de base das Ciências Sociais, e daquelas do chamado “giro pós-moderno” dos anos 1990 que, materializando o projeto político dos Estudos Culturais, acabaram por despolitizá-lo (REYNOSO, 2000). Esse trabalho faz considerações preliminares sobre ambas as tradições do pensamento, apontando seus principais conceitos e realizando combinações analíticas entre eles.

Olhando para as preocupações de Schütz e de Hall com a comunicação e para os trabalhos que já se ocupam em problematizar separadamente seus pressupostos a partir de objetos empíricos, esse trabalho objetiva aproximá-los conceitualmente. Ao mesmo tempo, o estudo está inserido em uma tentativa de análise ainda pouco explorada, especialmente no âmbito das Ciências da Comunicação. Isso é devido a um afastamento radical que se convencionou fazer entre as contribuições interacionistas e aquelas do pensamento crítico, fruto, principalmente, da oposição entre as possíveis heranças positivistas nos escritos iniciados em Chicago e o primado marxista dos pensamentos de tradição crítica.

Num movimento contrário, alguns pesquisadores da comunicação e das ciências políticas, têm buscado as complexas relações entre tais tradições, seja numa concepção de renovação da Teoria Crítica de Frankfurt, possível pelas contribuições pragmatistas (MENDONÇA, 2013), seja pela incorporação de perspectivas interacionistas pela heterogeneidade dos Estudos Culturais e da crítica pós-moderna (GADEA, 2013), entre outras.

Não há aqui um aprofundamento dos parâmetros metodológicos característicos de ambas as correntes, mas demonstrações de similitudes e complementariedades conceituais entre elas que carregam força analítica suficientemente satisfatória em estudos sobre cultura, poder e intersubjetividades.

Além dessas questões, a preocupação nesse trabalho é com o sujeito contemporâneo que, vendo-se inserido em um mundo dado *a priori*, vê-se também condicionado por ele. Assim, essa reflexão pretende construir um espaço

de análise que enxergue o mundo interacional inserido em uma rede de relações de instituições e poder e as possíveis formas de articulação política.

Esse estudo se divide em uma primeira parte de contextualização histórica e biográfica das matrizes teóricas aqui abordadas e de seus realizadores, voltada a uma compreensão razoável sobre suas trajetórias na interface de suas contribuições. Na segunda parte, destacam-se aspectos da contribuição de Alfred Schutz, fundamentada na matriz interacionista, dando relevo aos conceitos de mundo da vida, tipificação, províncias de significado e quadros de relevância. Na sequência, a terceira parte concentra-se nos pensamentos frutíferos dos Estudos Culturais, centralizando a figura de Stuart Hall, e conceitos-chave como cultura e ideologia. E, finalmente, um entrelaçamento possível entre as duas perspectivas.

Apresentação e contextualização das duas tradições teóricas

Alfred Schutz nasceu em Viena, na Áustria, em 1899. Após ter lutado na I Guerra Mundial pelo exército austro-húngaro, fugiu da caçada nazista para Paris em 1938, e depois para os Estados Unidos, em 1939. O comerciante e intelectual nas horas vagas também sofreu transformações e impactos por ser estrangeiro no ambiente social e acadêmico estadunidense. Logo que chegou aos EUA, Schutz atuou na *University in Exile*. Em Nova York, foi interlocutor privilegiado de Edmund Husserl e de seus alunos, mantendo contato também com membros da sociologia alemã, como Albert Solomon e Carl Mayer.

Desde o início, a preocupação de Schutz era a de “estabelecer os fundamentos de uma sociologia fenomenológica” (WAGNER, 2012, p. 13), uma “teoria da ação social” (CORREIA, 2004, p. 4). Herdeiro da filosofia sem pressupostos de Husserl e da Sociologia compreensiva da ação de Max Weber, e estudioso crítico de Max Scheler, Jean Paul-Sartre, sua maior contribuição reside na sistematização e abrangência do quadro teórico que desenvolveu, voltado à divulgação da fenomenologia.

Em seus escritos e no seu percurso coerente, fez parte do conselho editorial da revista *Philosophy and Phenomenological Research*, onde as principais ideias de Husserl eram difundidas e amadurecidas, assim como foi fundador da *Phenomenological Society*. De caráter ensaístico, as obras de Schutz perseguem, desde a origem, temas básicos que procuraram ser explicitados nas obras posteriores. Segundo Wagner (2012), a reunião de suas obras deu-se por seus comentadores e por pesquisadores influenciados por seus pensamentos, especialmente após 1940.

Seus diálogos teóricos feitos com Husserl, Weber, Sartre e Bergson e suas investigações sobre as obras de Talcott Parsons, George Herbert Mead, John Dewey e William James constituem um importante e atípico encontro entre o pensamento europeu e o norte-americano. Desse encontro, emerge a matriz interacionista de suas contribuições teóricas, evidenciada na centralidade das experiências cotidianas.

Antes de se estabelecerem como um campo de intervenções político-acadêmicas, os Estudos Culturais se constituíram sem a pretensão de se converter em uma disciplina. Suas origens se encontram no lançamento de algumas obras-chave ao final dos anos de 1950 e início da década de 1960.

Richard Hoggart inaugura uma nova forma de pensar a cultura com a obra *The Uses of Literacy*, em 1957, contendo especialmente traços autobiográficos e a história cultural dos meados do século XX. Na obra, após uma detida descrição etnográfica da vida cotidiana das camadas populares inglesas, Hoggart faz uma avaliação de como os produtos daquela indústria cultural interferiram e transformaram aquele contexto (ESCOSTEGUY, 2011). Suas análises manifestam claramente seu desgosto pela mercantilização da cultura em uma obra que adjetiva esse fenômeno como “vazio”, “debilitante”, “trivial”. (MATTELART & NEVEU, 2004).

A ligação com a Nova Esquerda britânica e com o ensino de adultos marca a trajetória dos outros dois fundadores dos Estudos Culturais: Raymond Williams (1921-1988) e Edward Palmer-Thompson (1924-1993). Os fundamentos da ampla gama de objetos de estudos sobre os quais os Estudos Culturais se ocupam vêm notoriamente ancorados nas bases marxistas desses autores.

Em *Culture and Society* (1958), Williams discorre sobre o conceito de cultura, reivindicando sua paridade valorativa em relação ao mundo das artes, da música e da literatura. O autor traça um panorama dos contributos e percursos de grandes nomes de literatos e demonstra, genealogicamente, que as ideias que pairavam naquela sociedade eram produzidas e estavam profundamente sustentadas em uma “história do trabalho social de produção ideológica” (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 46).

Para Williams, as práticas sociais e as noções que balizam essas práticas tem relação direta com o que ele chamou de *structures of feeling*, sistemas de percepção e de sensibilidade (MATTELART & NEVEU, 2004). O amadurecimento e o desenvolvimento dessa ideia culminam com a obra *The Long Revolution* (1961), na qual ganha destaque o papel da comunicação, na figura da imprensa, e dos sistemas educacionais na “padronização” e no direcionamento das condutas sociais, e onde Williams tece um desenho de um programa democrático de transformação das instituições culturais.

Thompson, um dos fundadores da *New Left Review*, reconstrói parte da história inglesa do ponto de vista da classe trabalhadora em *The Making of the English Working Class* (1963). Nessa obra, E. P. Thompson coloca as práticas de resistência e a vida cotidiana dos operários em destaque, olhando o capitalismo como um sistema e denunciando um “silêncio” sobre as mais distintas formas de mediação cultural e moral então vigentes.

Dessa forma, Thompson reafirma, assim como Williams, a relação sumária entre economia e cultura questionando, no entanto, a submissão desta em relação àquela como seu mero reflexo. Esse argumento está calcado na existência tão amplamente defendida por esses autores de uma consciência moral das pessoas e das paixões.

Esses três autores fundamentais aos substratos político-epistêmicos dos Estudos Culturais, na verdade, são quatro. O jamaicano Stuart Hall (1932-2014) contribuiu consubstancialmente aos Estudos Culturais, cumprindo especialmente um papel de aglutinador de pesquisadores e pesquisas no *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), em Birmingham.

Hall, membro de uma família de classe média, viveu como estudante secundarista os impactos da Segunda Grande Guerra e o movimento pela independência da Jamaica, fortalecendo a esse tempo sua consciência resistente sobre a dependência colonial. Pela ausência de escolas superiores em seu país, em 1951, foi para a Inglaterra estudar literatura na Universidade de Oxford, sem jamais ter voltado a viver no território jamaicano.

Seu deslocamento para a Inglaterra não foi tão somente geográfico. Sua origem social marcava uma posição deslocada também do ponto de vista cultural em relação ao mundo universitário britânico e à própria nação. Fazer parte do “universitariado” da época era chocar-se com o ambiente restrito tipicamente britânico, que o impôs atividades consideradas marginais, como a educação de adultos operários, marcando sua posição de “intruso” (MATTELART & NEVEU, 2004).

Esse deslocamento se vê refletido em sua obra, especialmente preocupada e sensível às diversidades culturais. Mas, mesmo sendo marginalizado, Hall e os outros fundadores dos Estudos Culturais deram um salto para a consolidação de uma forma específica de pensamento devido, especialmente, ao seu engajamento, que iria para além da esquerda trabalhista. Fala-se aqui de uma “sensibilidade humana de esquerda” (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 53), de “convicções democráticas” (SOVIK, 2009, p. 11) e de “correção política” (JAMESON, 1998, p. 97).

Além do diálogo feito com os fundadores dos Estudos Culturais, Hall se nutre de Marx, Gramsci, Bakhtin. É influenciado por Louis Althusser, Fredric Jameson, Jacques Derrida, Michel Foucault, Gayatri Spivak, Paul Gilroy, assim como por Homi Bhabha, Judith Butler, Barthes, Weber e outras grandes referências do pensamento social.

As matrizes conceituais de Alfred Schutz

Fundamentado na filosofia de Edmund Husserl e na sociologia compreensiva de Max Weber (GARCÍA, 2010; GADEA, 2013), Alfred Schutz, no curso de um longo período de estudos, escrutínios e aprofundamentos desses autores, procedeu a uma produção intelectual que, por vezes, apontava lacunas e falhas e, por outras, criticava elogiosamente suas teorias e preceitos.

Da fenomenologia de Husserl, Schutz destaca a importância da consciência na constituição dos objetos que experienciamos, uma consciência que se dá por meio da percepção e da interpretação de alguma coisa presente no “mundo”, ou seja, a consciência humana não advém de si mesma, mas está sempre vinculada a algo “exterior”. Assim, a consciência se funda na experiência, isto é, na interrelação com um objeto, seja ele material ou simbólico, real ou imaginário (WAGNER, 2012). Esse objeto, por sua vez, é formado por uma “síntese de diferentes “perspectivas” a partir das quais o objeto é realmente visto ou lembrado posteriormente de modo tipificado”, sempre na relação com o outro (WAGNER, 2012, p. 16).

A ideia de consciência é apropriada de Henri Bergson para justificar o ato de redução fenomenológica, segundo o qual se deve distanciar a realidade de toda sua significação dada – de seus pressupostos – até se chegar a essência

da consciência para que se verifique o verdadeiro significado da realidade (suspensão fenomenológica). Fala-se de uma desontologização, que se opõe ao mundo natural acrítico.

Há, aqui, uma diferenciação entre a atitude natural do mundo e uma postura fenomenológica. Na atitude natural, há a suspensão da dúvida, isto é, a crença de que o mundo é como é sem o questionamento de seus pressupostos. Nesse sentido, “a realidade do mundo, na atitude natural apresenta-se numa experiência como existente e aceito-a tal como ela se dá a saber, como existente e evidente” (CORREIA, 2004, p. 43). Na fenomenologia, ao contrário, a suspensão do juízo sobre o mundo ou redução transcendental referida anteriormente, chamada de *epoché*, é tomada como ponto de partida na sua observância.

A compreensão da ação social veio de Weber, o que significa dizer que, para Schutz, trata-se da conduta humana manifesta nas mais distintas formas (mentais, físicas, sua abstenção ou na aceitação em relação à conduta de outrem) com uma significação e uma intencionalidade consciente. Dessa forma, a ideia de Weber de que o significado subjetivo é elemento crucial para a ação humana é compartilhada por Schutz, emergindo dessa acepção o conceito schutziano de ação subjetivamente significativa. Os significados, portanto, são produzidos na ação dos sujeitos, e estes sujeitos conhecem o mundo a partir dos significados que produzem.

O empreendimento analítico de Schutz ocorre sobre o mundo da vida, isto é, o mundo sobre o qual os sujeitos agem conscientemente, onde também estão os outros sujeitos reais. Para ele, o “mundo da vida cotidiana deve ser considerado como o mundo intersubjetivo que já existia muito antes de nosso nascimento, que já foi experimentado e interpretado por outros, nossos antecessores, como um todo organizado” (SCHUTZ, 2012, p. 84). O mundo da vida é o contra-argumento da fenomenologia sobre a oposição sujeito-objeto presente na história do pensamento social porque é o mundo no qual a humanidade atribui sentidos humanos aos objetos e às ações, o mundo do qual o ser humano faz parte e o produz.

Esse mundo físico e sociocultural é experimentado em termos de tipos; tipificações são, então, as categorizações que cumprem uma espécie de economia cognitiva do mundo. “Aquilo que já foi apreendido uma vez traz consigo um horizonte de experiências possíveis, com referências de familiaridade correspondentes, isto é, uma série de características típicas que ainda não foram vivenciadas, mas que o podem ser potencialmente” (SCHUTZ, 2012, p. 130.)

As tipificações são, assim, formadas por certo “estoque de conhecimento [...] que lhe serve como um esquema interpretativo” (SCHUTZ, 2012, p. 86). Esse estoque de conhecimento é heterogêneo e se constrói no histórico de vivências, sendo um conhecimento “sobre” e um conhecimento “por” familiaridade, afirma Schutz, fazendo referência a William James. Neste âmbito, a linguagem, enquanto esquema de expressão e interpretação, ocupa um papel central, justamente porque é por meio dela que o sujeito formula suas tipificações.

O sentimento de pertencimento a um grupo, por exemplo, consiste na partilha de uma situação comum advinda de um sistema de tipificações e relevância. Isso significa dizer que os membros do grupo são “guiados por um

conjunto de hábitos mais ou menos institucionalizados, costumes, normas etc., que o ajudam a interagir com os seus semelhantes que pertencem à mesma situação” (SCHUTZ, 2012, p. 95).

Pode-se afirmar com alguma certeza, segundo Correia (2004), que a principal ligação entre Schutz e o Pragmatismo norte-americano vem por meio de suas pontes com William James. É a partir desse autor que emerge um dos princípios fundamentais, e também problemas centrais, da filosofia, enquanto ciência: o de que não há apenas uma única realidade, mas que, advindas da pessoa humana, há múltiplas realidades.

Tendo isso em vista, as províncias de significado ou províncias de realidade são aqueles sub-universos experimentados pelos sujeitos; e são províncias de significado finito “porque o que constitui a realidade é o significado da nossa experiência e não a estrutura ontológica dos objetos” (CORREIA, 2004, s/p). Essa noção é utilizada por Schutz para suplantar a dicotomia entre a suspensão fenomenológica e a atitude natural, mas sua coexistência possível, propondo que os sujeitos percebem o mundo com uma multiplicidade de realidades (CORREIA, 2004).

Mediada linguisticamente, a província de significados é a forma como relacionamos a nossa consciência ao mundo da vida, que se dá em uma confrontação do que consideramos como real, uma confrontação das tipificações nas mais diversas situações. Dessa maneira, Schutz chama a atenção para um aspecto reflexivo sobre o mundo da vida, apontando para a sua heterogeneidade, para sua abertura de possibilidades de transformação e ao novo.

Em nosso quadro de experiências intersubjetivas, estabelecemos certas zonas de relevância, ou seja, “aquele setor do mundo que, em conexão com o problema prático ou teórico que nos preocupa em determinado momento, não parece demandar nenhum tipo de investigação” (SCHUTZ, 2012, p. 124). São hierarquias de ações, percepções, planejamento sobre certas situações, motivadas pelo interesse imediato, nas quais as coisas são dadas e consideradas estritamente como nos são apresentadas. Esta formulação recebe atenção privilegiada de Schutz porque, para o autor, “é dentro das coisas tidas como evidentes que temos que encontrar nossas fronteiras” (SCHUTZ, 2012, p. 124).

Para Schutz, esse interesse, imediato e individual, é um dos elementos de um sistema hierárquico ou de vários sistemas de interesse e, da mesma forma, não é constante na medida em que adquire pesos diferentes em momentos distintos, e não é homogêneo porque em um mesmo momento podemos ter interesses distintos (SCHUTZ, 2012).

No entanto, o autor se concentra no nível intersubjetivo, na formulação feita no nível da experiência com o outro. Ele não traz nesse momento de sua reflexão a porosidade que as tipificações e sistemas de relevância construídos, ou seja, que os significados socialmente partilhados, que ele já considera que são formulados no mundo extra-consciente, no mundo da vida, têm a outras formulações feitas por entidade extra-humanas, como o mercado e suas mais distintas ideologias. É justamente nesta lacuna que se propõe aproximar as noções dos Estudos Culturais para dar conta de uma reflexão complexificada das relações sociais.

A vida cotidiana e a ideologia nos estudos culturais

Já no ano de fundação do CCCS, Hoggart deixa claro ao que vieram os Estudos Culturais: trazer os métodos e o instrumental da crítica literária para a análise da cultura de massa, de seus produtos e do universo das práticas culturais das camadas sociais populares. Pelas marcas biográficas e pelas produções intelectuais de seus fundadores, os Estudos Culturais voltam, a partir de então, sua atenção para a cotidianidade e, nesse sentido, as grandes transformações do ambiente urbano na Inglaterra foram os pontos de partida para as investigações.

A urbanização como um fator perturbador da sociabilidade e das formas de vivência imediatas e, em um segundo plano, a relação entre as gerações e as subculturas dos jovens estiveram presentes nas obras de Hoggart. Em um processo de adensamento, já nos anos 1970, a primavera dos Estudos Culturais, nos quais os *working papers* (reunião de artigos dos pesquisadores) tiveram um papel fundamental da difusão das ideias, Stuart Hall enfatiza a sua preocupação com as experiências dos sujeitos colonizados, com o papel da arte popular, com as imagens veiculadas pela imprensa, entre outros temas.

Em Williams, vem à tona a descrição detalhada, o empreendimento etnográfico dos Estudos Culturais que desvelavam âmbitos sociais até então negligenciados pelo *establishment* acadêmico, considerados indignos de investigação.

Richard Johnson (2010) assinala que os Estudos Culturais podem ser concebidos como uma tradição intelectual e política, ou a partir de suas relações com as disciplinas acadêmicas; ou olhando para seus paradigmas teóricos, ou, mesmo, por objetos com os quais se ocupa. Ana Carolina Escosteguy (2006) se concentra nesse último âmbito e destaca os aportes e os diferentes problemas-objeto. São quatro: proposta alinhada a uma teoria social crítica que toma como foco central o texto midiático e seu contexto; uma outra associada a uma teoria interpretativa concentrada nas audiências; outra configurada como uma proposta polifônica de elementos de distintas tradições intelectuais, atenta para a problemática das identidades culturais; a tematização das relações entre ciência, tecnologia e cultura, principalmente a partir do feminismo.

Se o mérito de Hoggart foi legitimar academicamente os Estudos Culturais, Stuart Hall figura como o grande responsável pela sistematização teórica que os estudos se ocupam e pela aglutinação de pesquisadores. O trabalho de Hall foi, de certa forma, conceitual, na medida em que testou as possibilidades analíticas das heranças marxistas e os “empréstimos teóricos tomados ao pós-modernismo ou à desconstrução” (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 59).

A partir do consistente e frutífero trabalho de desenvolvimento pelos Estudos Culturais no desenvolvimento de conceitos como cultura, ideologia, hegemonia, resistência e identidade, neste trabalho ganha particular destaque os conceitos de cultura e ideologia. Destes, propomos um entrelaçamento em que “identidade”, “hegemonia” e “resistência” aparecem como elementos constitutivos da construção analítica.

A preocupação com a cotidianidade não se dá, aqui, numa análise circunscrita na intersubjetividade como elemento central, mas na relação entre a constituição das subjetividades e as relações de poder no mundo em que elas estão inseridas, nas transformações e reações às profundas transformações da vida social, aos valores e significados incorporado nos padrões e estruturas compartilhados pelos sujeitos sociais (HALL, 2009).

O conceito fundante, então, vem por meio de Williams e é defendido por Hall. Cultura aparece aqui como “parte do processo geral que cria convenções e instituições, pelas quais os significados a que se atribui valor na comunidade são compartilhados e ativados” (WILLIAMS, 1969, p. 55). A partir dessa definição, podemos depreender o caráter histórico dos processos culturais, nos quais compartilhamos significados comuns e o caráter ordinário da cultura. Para Williams (1969), as tensões e as transformações vêm, justamente, pela oferta, recepção e confronto de novos significados.

Da cultura podem ser reveladas as suas próprias constituições por considerá-la como um “padrão de organização” dos relacionamentos humanos (HALL, 2009, p. 128) expresso de distintas formas e por distintas características. Assim, só faz sentido analisar esses padrões observando a relação entre as práticas em um determinado momento histórico.

Aqui se faz notória uma referência ao marxismo, questionadora, no entanto, do determinismo econômico, isto é, da crença de que o domínio das ideias estava sujeito à superestrutura. Justamente, aqui, Williams oferece a perspectiva do “interacionismo radical”, apostando que a não sujeição das ideias e das práticas vem exatamente da interação mútua (HALL, 2009).

Se do culturalismo os Estudos Culturais mantêm a centralidade da análise da relação entre experiência e estrutura, é do estruturalismo que emerge um outro conceito-chave: o de ideologia, com rupturas e transformações. Não se trata “somente” de uma cartografia das culturas e de suas coerências, mas também de questioná-las nos termos de suas funções e a eficácia da cultura para a reprodução de um modo específico de produção, de dominação, na sua relação com o poder (MATTELART & NEVEU, 2004; HALL, 2009).

A partir de Althusser, ideologia é definida em “temas, conceitos e representações através dos quais os homens e mulheres “vivem”, numa relação imaginária, suas relações com as condições de existência” (HALL, 2009, 137). Nos termos de Hall, concebe-se ideologia como “as categorias inconscientes pelas quais as condições são representadas e vividas” (HALL, 2009, p. 138). Nessa perspectiva, há um destaque para a “autonomia relativa” das diferentes práticas e suas especificidades internas, condições e efeitos, em relação a determinação dominante ou da superestrutura. Não apenas (super) estrutura como algo em si mesma, como um dado objetivo, mas como algo a ser interpretado *a partir de* e contingente.

A ideologia não é necessariamente dominante. Mas, segundo os princípios althusserianos, é no terreno dessas estruturas inconscientes que os seres humanos operam alterações das suas experiências com o mundo adquirindo uma nova forma, a consciência. O problema histórico com o qual essa reformulação se defrontou, contudo, foi a reprodução das relações de produção capitalistas e uma adequação da força de trabalho à forma de exploração deste modo de produção (HALL, 2009), o que fez com que a ideologia dominante então passasse a ser aquela dos governantes sobre os governados. Dessa forma, a ideologia não deve somente ser percebida nas representações ou no âmbito da linguagem, mas também nas instituições e nas mais distintas práticas (TURNER, 1990).

É neste momento de percepção das ideologias incrustadas na produção de sentidos que os Estudos Culturais se ocupam fundamentalmente com os meios de comunicação social. Pensava-se nos termos da eficácia da produção cultural para a reprodução de um modo específico de produção (HALL, 2009, p. 143). Entretanto, a relação entre ideologia e os meios de comunicação não se produz mecanicamente, “senão se adaptando continuamente às pressões e às contradições que emergem da sociedade, e englobando-as e integrando-as no próprio sistema cultural (ESCOSTEGUY, 2010, p. 147).

Aqui é crucial a contribuição de Antonio Gramsci aos Estudos Culturais. Reconfigurando a concepção de hegemonia, passa-se a pressupor a conquista do “consentimento” como a forma pela qual é possível promover transformações dentro do sistema. Esse consentimento refere-se às trocas entre culturas populares e cultura hegemônica em interações profundamente complexas. Não se vê, nesse caso, um fechamento rígido entre elas, mas sobreposições, intersecções e permanentes transações. Nesse “movimento”, por vezes, a cultura popular resiste e, por outras, reproduz traços da cultura hegemônica (ESCOSTEGUY, 2010).

É a partir dos anos 1980, que os contornos dos Estudos Culturais passam a mudar, com a influência de outros intelectuais, quando passaram a ser temáticas fundamentais as questões de identidade, raciais e étnicas, o salto feminista e tomam a centralidade variáveis como a de luta e resistência.

Pensar o social: entrelaçamentos possíveis entre Schutz e os Estudos Culturais

Tomemos alguns pontos de análise e aproximações entre a matriz da interação schutziana e a ideias dos estudos da cultura e do poder. Primeiramente, este estudo está longe de considerar as categorias de classe, poder, status como categorias dadas e aplicáveis universalmente como algo que paira no ar prescindindo do social. Considera-se, entretanto, a dialética relação entre as práticas sociais nascidas no âmbito da interação que constituíram formas e estruturas mais abrangentes, considerando nisso fatores históricos, ou seja, estruturas e instituições também como resultados das interações.

Em outros termos, não é desconsiderado o fato de que as relações de poder que existem fora do sujeito determinando suas condutas emergem, por uma conjugação de fatores históricos, das relações intersubjetivas. Em termos ainda mais específicos, compreende-se que tais variáveis são concebidas como estruturas “contingentes” (SCHUTZ, 2012) e não objetivas estruturas sociais determinadas (GADEA, 2013).

Se a cultura está no âmbito do que é vivido, como explicitado anteriormente, e que a análise volta-se para a produção de sentidos na sociedade, é possível dizer que, ao mesmo tempo em que nossos quadros de relevância são formados pelo nosso interesse individual – intersubjetivamente construído –, como afirma Schutz, e pela pressão das forças de poder dominantes – que, por vezes, se afilia a uma ideologia dominante – é justamente no seio da interação que a apropriação de significados já dados pode se converter, pelo prisma das múltiplas realidades contingentes e fluidas, em novos significados e, por conseguinte, em resistência e transformação.

Se tomarmos em conta a consciência, que é produzida pela percepção e interpretação do mundo por meio da linguagem, e que a ação social é construída por uma intencionalidade consciente do sujeito, teremos a ideia de que os significados, produzidos na ação dos sujeitos, são atualizáveis. Isso é possível porque somos capazes de instaurar a dúvida ou o questionamento da validade das coisas, num ato fenomenológico, necessário à apreensão de conhecimentos que orientam nossa ação no mundo.

Destaca-se que as tipificações ou as coisas como as conhecemos, construídas linguisticamente, podem ser modificadas, exatamente porque se dão a partir do nosso “estoque de conhecimento”. Este, por sua vez, construído ao longo de nossas vivências e, portanto, sujeito a transformações. “O indivíduo “parece descobrir” que aquilo que existe e que se autoproclama como “verdadeiro” não passa de ser uma mera “figura da linguagem”; mas que tem “o poder” de inseri-lo em uma complexa rede de relações sociais” (GADEA, 2013, 251).

Ora, o mundo da vida, ou seja, o mundo no qual nos relacionamos mutuamente, não se constitui resumidamente ao nível da intersubjetividade, mas é socialmente vivente, num contexto mais amplo. “Apenas uma parte do conhecimento se origina dentro da experiência pessoal, e em sua maior parte é de origem social, ou seja, foi transmitido por outros sujeitos que ensinam seus semelhantes a definir o ambiente, a significar o seu redor” (GARCÍA, 2010, p. 228). Considerando a cultura como o padrão que nos orienta nesse mundo da vida, de forma material e simbólica, as interações mais micro e as balizas sociais mais macro conjugam-se.

Portanto, “o mundo da vida cotidiana é o cenário e também o objeto de nossas ações e interações. Este mundo não é o mundo privado do indivíduo isolado, mas um mundo intersubjetivo, comum a todos nós, no qual temos interesses eminentemente práticos” (GARCÍA, 2010, p. 228). O caráter histórico

e dinâmico da cultura permite depreender que o mundo social que encontramos quando nascemos já é ele, por si só, produto de outras transformações históricas já ocorridas e, conseqüentemente, passível de novas transformações.

Esses processos se dão em múltiplas realidades ou “províncias de significado”, que nos possibilitam ligar a consciência e o mundo da vida, à realidade sociocultural, de forma reflexiva. Nesse sentido, o sujeito tem a possibilidade de apreender de distintas formas os sentidos produzidos assimilando-os ou refutando. O quinto ponto, revela, então, a construção de nossos quadros de relevância em um processo que abarca não tão somente o nível da intersubjetividade ou das nossas relações primárias, por meio do que Schutz chama de interesses individuais, como também as estruturas que orientam o mundo e suas variáveis (classe, status, instituições etc.), ou seja, ideologicamente.

Pensando, nesse sentido, nos termos dos quadros de relevância cunhados por Schutz, é possível que no entremeio das nossas experiências alteremos a hierarquia dessas relevâncias, questionando-as por meio de nossas escolhas e de outros fatores, em função da relação com os outros e de suas interpretações socialmente compartilhadas pelo sujeito. Nesse sentido, observa-se que o quadro de relevância não se faz apenas no âmbito da intersubjetividade, mas na sua combinação com as normativas ideológicas, ao mesmo tempo em que a resistência aos padrões dominantes se faz o âmbito próprio do mundo da vida tal como a cultura, atualizado

Considerações finais

Fugindo do determinismo sociológico, que considera as pessoas como simples peças vulneráveis às forças das estruturas sociais e que suas ações são meros produtos dessa influência, a aproximação entre a matriz interacionista e os Estudos Culturais proposta neste artigo intentou a uma ampliação do espectro analítico sobre o social, que se convencionou a ser, muitas vezes, por um lado, excludente na apropriação de teorias ou ecossistemas teóricos e, por outro, uma mera superposição dessas teorias.

Essa aproximação tornou mais claro o fio condutor que liga o Interacionismo – representado por Schutz – aos Estudos Culturais, qual seja, a importância de uma lógica situacional das ações e dos significados e a existência de múltiplas realidades percebidas por meio da linguagem.

Trata-se, como evidencia Gadea (2013), de um “giro hermenêutico” que amplia o espectro do Interacionismo ao considerar que as interações estão inseridas nas relações entre cultura e poder e, ao mesmo tempo, a reutilização de elementos analíticos negligenciados pelos estudos sobre hegemonia mais ligadas ao marxismo clássico.

O trabalho evidenciou, ainda, uma crença no sujeito que, nas suas interações e formas de produção de sentidos, atuam de maneira relativamente autônoma em relação às pressões hegemônicas, operando, assim, resistências e construção de novos sentidos na sociedade.

A partir dessa premissa, pensar a comunicação, a atuação política de movimentos sociais contemporâneos e as grandes formas de produção da dominação e da subalternidade ganha elementos conceituais de certa forma amplos. Aplicá-los na observância de objetos empíricos requer, certamente, maior detalhamento e aprofundamento conceitual, mas a preocupação aqui, no entanto, foi abrir novos parâmetros analíticos, compreendendo a relevância da perspectiva interacionista e dos estudos sobre cultura e poder em separado, e o potencial de sua conjunção.

Referências bibliográficas

CORREIA, João Carlos. *A Teoria da Comunicação de Alfred Schütz*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Os Estudos Culturais*. Cartografias FAMECOS. Artigos, 2011. Acesso em 1 jun 2015. Disponível em <http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf>.

_____. Estudos Culturais. As margens de um programa de pesquisa. In: E-Compós, Agosto de 2006 - 2/16.

_____. Estudos Culturais. Uma Introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). *O que é, afinal, os Estudos Culturais?* 4. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GADEA, Carlos A. *O Interacionismo Simbólico e os estudos sobre cultura e poder*. Soc. Estado, Brasília, v. 28, n. 2, p. 241-255, Ago. 2013. Acesso em 25 Mai 2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000200004>>.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GARCÍA, Marta Rizo. *As contribuições do pragmatismo de William James e da fenomenologia social de Alfred Schütz à Comunicação*. In: MATRIZES, Ano 3 – nº 2 jan./jul. 2010. Acesso em 3 jun 2015. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/viewFile/38268/41074>.

GONZÁLEZ DE LA FÉ, Teresa. “El Interaccionismo Simbólico”. In: Salvador Giner. (Org.), *Teoría Sociológica Moderna*. Barcelona: Ed. Ariel, 2003. Acesso em 20 jun 2015. Disponível em <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=747019>.

JAMESON, Fredric. Sobre los “Estudios Culturales”. In: JAMESON, F.; Žižek, S. *Estudios Culturales*. Reflexiones sobre el multiculturalismo. Buenos Aires: Paidós, 1998.

JOHNSON, Richard. *O que é, afinal, os Estudos Culturais?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org). *O que é, afinal, os Estudos Culturais?* 4. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MATTELART, Armand; NEVEU Érik. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. *Teorias críticas e Pragmatismo: a contribuição de G. H. Mead para as renovações da Escola de Frankfurt*. Lua Nova, São Paulo, 90: 2013. Acesso em 25 mai 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n90/a13n90.pdf>>.

REYNOSO, Carlos. *Apogeo y decadencia de los estudios culturales*. Barcelona: Ed. Gedisa, 2000. Acesso em 15 jun 2015. Disponível em <http://carlosreynoso.com.ar/archivos/libros/Apogeo-y-decadencia.pdf>.

SCHUTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOVIK, Liv. Apresentação. Para ler Stuart Hall. In: HALL, Stuart. *Da diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

WAGNER, Helmut T. R. Apresentação. In: SCHUTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1. Ed, 1969.